

A Questão Social e o Partido Libertador

Raul PILLA

6.4.45

(Copyright do DIABO DE NOTÍCIAS)

No renascimento político que se está operando em nosso país, a nota dominante, para não dizer exclusiva em certos círculos, é a preocupação das questões econômicas e sociais. E' tal exclusivismo, por certo, um erro grave, dados o atraso e, depois de 1937, o retrocesso das nossas instituições e dos nossos costumes políticos. Existe para o Brasil uma questão política essencial e dominante, pela simples razão, ainda não percebida por alguns, que não se conseguiu ainda praticar satisfatoriamente a democracia desde que se implantou a República. Assim, se o sistema democrático vale alguma coisa e justifica as torrentes de sangue que no Velho Mundo se estão derramando para o preservar, claro se torna que devemos, antes de mais nada, procurar realizá-lo na plenitude dos seus atributos essenciais.

Esta necessidade fundamental — dotar o Brasil com um mecanismo político tanto quanto possível perfeito — não exclui, evidentemente, a funda e atenta consideração das questões econômicas e sociais. O erro, e erro grave, está em a tornar exclusiva, tudo pretendendo reduzir ao fator econômico.

E outro erro, erro que encerra uma injustiça e envolve um perigo, é imaginar-se que somente agora tenham surgido semelhantes preocupações no campo da política. Encerra uma injustiça, porque esquece os méritos de antigas organizações partidárias, cujo passado foi uma continua luta por todas as reivindicações justas; envolve um perigo, porque lhes despreza a longa experiência e o comprovado idealismo.

Para desfazer este erro e corrigir esta injustiça, quero examinar a posição do Partido Libertador em face da chamada questão social, que, por ter somente agora assomado ao limiar da consciência de muita gente, está parecendo coisa inédita entre nós.

Já em 21 de abril de 1925, em manifesto lançado na qualidade de presidente da Comissão Executiva da Aliança Libertadora, a qual se transformou posteriormente no Partido Libertador, atribula o eminente dr. Assis Brasil, a revolução que se estava processando no País, a seguinte missão, entre outras muitas:

“Lançará no código constitucional, ou em leis especiais, bases claras e positivas para o progresso moral e material das classes trabalhadoras, criando a proteção legal para a atividade do operário, especialmente no que se refere à saúde e à instrução e o amparo para o tempo da invalidez”.

Isto propunha e pleiteava o insigne chefe dos libertadores numa época em que — convém não o esquecer — longe estava de haver-se formado o estado de consciência coletiva hoje dominante no País, e se considerava simples caso de polícia a questão social.

Dois anos e meio depois do histórico manifesto dirigido ao Rio Grande e ao País em nome da Aliança Libertadora, constituía-se no Rio o Partido Democrático Nacional. E no seu programa, assinado pelos deputados libertadores e por Assis Brasil em primeiro lugar, encontrava-se o item IV, assim concebido:

“Propugnar todas as medidas que interessam à questão social, no sentido de reivindicar para todas as classes o direito que lhes cabe de interferir na direção dos negócios públicos, animando entre elas o espírito de fraternidade por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência”.

Convém fixar a data. Este programa é de 21 de setembro de 1927. Não contente com isto, o Partido Libertador lançou mais em seu programa peculiar, aprovado pelo Congresso de Bagé de 3 de março de 1928, o seguinte preceito, reprodução do que, em seu manifesto de 1925, preconizava Assis Brasil:

“Estabelecer, em lei, bases claras e positivas para o progresso moral e material dos trabalhadores, criando a proteção legal para a atividade do operário, especialmente no que se refere à saúde, à instrução e ao amparo na invalidez”.

Estes são os velhos e históricos documentos com que se apresenta o Partido Libertador no tocante à questão social. Velhos, históricos e, sobretudo, valiosos, por exprimirem uma aspiração profunda, e não, simplesmente, uma transigência com o espírito da época. Hoje, condenar-se-lhe à falência o Partido político que não tomasse em consideração a questão social; naquele tempo passava por incomodos e dissabores o que a agitava. Era ela, então, ainda um caso de polícia.

E' que o Partido Libertador, embora tenha tido oportunistas em seu seio, nunca foi um partido oportunista. Propugnou sempre tudo quanto lhe parecesse útil ou necessário à coletividade, sem se preocupar com as consequências que lhe adviessem.

Seja, concordarão alguns. Não se poderá deixar de reconhecer ao Partido Libertador o mérito de haver sido, no Brasil, um dos pioneiros das reivindicações sociais. Mas já não satisfaz a posição por ele anteriormente tomada. E' muito vago o seu programa relativamente à questão.

E' verdade. Nós, libertadores, somos os primeiros a reconhecer a necessidade de ir adiante e definir, precisar melhor as soluções. Mas, sendo hoje insuficiente, o nosso programa encerra o que é fundamental em qualquer assunto: a orientação. E esta orientação ali está clara, cristalina e insofismável. E, alicerçada, de mais a mais, por um longo passado de lutas e estrita fidelidade aos princípios esposados.

Quando se reunir próximamente o Congresso, única autoridade para deliberar a respeito, reformaremos, completaremos, atualizaremos o programa partidário. Mas, enquanto isto não se realiza, nenhum cidadão de probidade e boa fé terá o direito de ignorar para onde nos dirigimos. A tendência, a orientação está claramente expressa nos documentos do passado. Falta-nos apenas desenvolvê-la, e precisá-la, de acordo com as condições do presente. E isto faremos com a sinceridade, a coragem e a lealdade inerentes aos verdadeiros libertadores. As soluções que o Partido Libertador apresentar serão alicerçadas por estes predicados, quando se improvisam, mas, pelo contrário, se forjam laboriosamente,